



Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru  
**Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru**

Reconhecida pelo Decreto 63990 de 15.01.69 D.O. 17-01-69

# **RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO**

MARÇO / 2009

## **Apresentação**

O presente documento objetiva relatar os achados resultantes do trabalho de auto-avaliação realizado no período que corresponde a julho de 2008 a março de 2009, pela FAFICA, mediante atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Esse período corresponde ao interstício entre o mês de junho de 2008 e o mês de março de 2009, doravante definido pela Nota Técnica expedida pelo INEP/DAES, datada de 17 de fevereiro de 2009, como o mês para postagem anual, no E-MEC, do relatório de auto-avaliação institucional. Tal definição, se constitui como medida acertada, ao deixar regularmente agendada essa postagem, pois contribui para a delimitação do cronograma de realização das atividades da CPA a partir de uma data de referência.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA, cadastrada sob o nº 159, mantida pela Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru, foi fundada em 09 de agosto de 1960 e instalada na Rua Azevedo Coutinho, s/n onde funciona desde então. Atualmente conta com os seguintes cursos:

Pedagogia, História e Letras – Reconhecidos pelo Decreto nº 63.990 de 15/01/1969 – DOU 17/01/1969;

Ciências Contábeis – Reconhecido pela Portaria MEC nº 985, de 30/03/2005 - DOU 01/04/2005;

Administração – Reconhecido pela Portaria MEC nº 4.220, de 06/12/2005 – DOU 17/12/2005;

Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Reconhecido pela Portaria MEC nº 220, de 07/03/2007 – DOU 09/03/2007;

Filosofia – Autorizado pela Portaria MEC nº 2.938, de 24/08/2005- DOU 26/08/2005

Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores – Autorizado pela Portaria MEC nº 470, de 07/08/2007 – DOU 08/08/2007;

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial – Autorizado pela Portaria MEC nº 600 de 13/12/2007 – DOU 14/12/2007.

## RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO CPA/ FAFICA

---

Através dessas áreas de conhecimento e demais atividades realizadas a, FAFICA tem como missão institucional:

*Estimular a curiosidade intelectual através da reflexão e da investigação científica; Tecer o labor acadêmico eivado de experiências, de troca de saberes, de tecnologias e das tendências do momento presente; Formar profissionais socialmente críticos, tecnicamente competentes e humanamente solidários.*

É na perspectiva da aproximação entre o pensar e o fazer a educação e o ensino, entre as intenções e o exercício em busca da realização das intenções que a CPA realiza suas funções.

### **Composição da CPA**

A CPA conta atualmente com a seguinte composição:

Coordenação- Prof. Maria do Socorro Valois Alves – Mestre em Educação pela UFPE

Representantes do corpo docente: Professores Wilson Rufino da Silva e Ozana Maria da Cunha Cavalcante – Mestres em Educação pela UFPE;

Representantes do corpo técnico-administrativo: Terezinha Braz Pereira da Silva, formada em Letras e Pedagogia e Chiara Pitombeira de Araújo – funcionárias da Tesouraria e Secretaria, respectivamente.

Representantes do corpo discente: Ana Teresa Cavalcante Cunha e Antonia Tadeo de Lira Gouveia, alunas dos cursos de Pedagogia e Administração, respectivamente;

Representantes da sociedade civil: Maria Ivania Almeida Gomes Porto, ex-secretária de educação do Município e Maria do Socorro Silva, coordenadora do núcleo Casa da Rua, parte integrante da Comunidade Viva – Comviva, movimento social que trabalha em prol de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

### **Pressupostos teóricos do processo de auto-avaliação institucional**

Os pressupostos teóricos e os princípios que orientam o processo de auto-avaliação se apresentam como fundamentais para a compreensão da prática desenvolvida. Nesse sentido, a elucidação de tais pressupostos terá lugar cativo em todos os relatórios enviados ao DAES, ainda que sob a forma de uma breve retrospectiva. Nessa perspectiva a concepção de avaliação norteadora de todo o trabalho realizado pela CPA, coaduna-se com a da Fafica, a qual, regida pelo paradigma emancipatório (SAUL, 2000

p. 61), toma a descrição, análise e crítica da sua realidade institucional como norte para uma ação transformadora em direção à melhoria da qualidade da Instituição. Essas etapas, não sendo um fim em si mesmas, nem se configurando isoladamente, são constitutivas de momentos que se sobrepõem e se retroalimentam gerando um movimento dinâmico de ação-reflexão-ação, como um exercício de olhar de forma crítica e reflexiva todo o processo de concretização da atividade educativa e não apenas sobre os seus resultados. Esse movimento praxiológico fundamentado no conceito de práxis definido por Paulo Freire (1987) se constitui numa lente mediante a qual é possível enxergar que “ *o compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas, direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional, escrevam a sua própria história e gerem as suas próprias alternativas de ação*” (SAUL 2000 p . 62). Esse compromisso é o que atesta o caráter emancipatório que orienta a ação e que, ao mesmo tempo se apóia em processos decisórios democráticos que não prescindem de envolvimento responsável e compartilhado dos sujeitos que participam da proposta avaliativa e das conseqüências que a mesma, presumivelmente, imprimirá sobre todo processo educacional, a partir de alterações baseadas na análise crítica.

Com base nessa concepção de avaliação, a subjetividade não é um problema, mas um elemento a trabalhar positivamente. Num processo avaliativo as diversas questões e até “erros” cometidos, são elementos importantes de retorno ao processo para serem discutidos no coletivo e, positivos na continuidade das ações desenvolvidas. Assim, avaliação institucional pode ser definida como:

Uma construção coletiva de questionamentos, é uma resposta ao desejo de ruptura das inércias, é um por em movimento um conjunto articulado de estudos, análises, reflexões e juízos de valor que tenham alguma força de transformação qualitativa da instituição e de seu contexto, através da melhoria dos seus processos e das relações psicossociais (SOBRINHO 2000, p. 103).

Tomando por base essa fundamentação teórica, a realidade com seus dados e componentes que existe independente da avaliação, passa a ser tematizada, isto é, passa a ser objeto mediante uma operação intencional que exige escolhas, seleção e organização de dados de base e organização em função de objetivos definidos. Esses dados ressignificados no interior de um processo socialmente produzido transformam-se

## RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO CPA/ FAFICA

tecnicamente em indicadores da realidade e possibilitam a sua apreensão crítica e a sua transformação na direção dos objetivos definidos. O referido relatório e outros que o sucederão, não se impõem como conhecimento pronto e acabado, tem como finalidade consolidar periodicamente resultados provisórios que servirão de base para reavaliação do processo e adoção de ações ulteriores. No desenvolvimento, considerando as ações expressas no cronograma de atividades, serão descritos os indicadores das categorias analisadas, as dimensões referentes, os procedimentos adotados e a crítica. Esta última como espaço sinalizador das falhas ocorridas no processo, as quais analisadas, servem para revisá-lo e requalificá-lo. Configura-se como parte integrante do balanço crítico de todo o processo desenvolvido, o qual não ocorre como momento estanque, a *posteriori*, seus elementos configuradores podem e devem ser identificados e sistematizados tanto no decurso, como ao final de determinadas etapas do processo. O projeto de auto-avaliação na sua relação entre o planejado e os resultados esperados “ou não” e, quanto ao seu funcionamento a partir das etapas planejadas, dos mecanismos propostos e dos nexos estabelecidos, considerará para fins do seu balanço crítico tanto a análise de resultados como de funcionamento (CPA FAFICA 2005. P. 25). Assim, a crítica sistematizada em cada etapa do desenvolvimento da avaliação orientará o fluxo das atividades planejadas a realizar.

### Cronograma das Atividades

PLANEJADAS E REALIZADAS	
JULHO A DEZEMBRO / 2008	Aplicação de instrumentos de avaliação dos docentes pelos discentes, através do novo sistema eletrônico implantado na IES, conhecido como AcadWeb.  Aplicação de instrumentos de avaliação referentes às dimensões: Política de Pessoal e Sustentabilidade Financeira.
JULHO / 2008 A MARÇO/ 2009	Sistematização dos achados de pesquisa avaliativa que comporão o relatório a ser encaminhado ao INEP, referente ao período de julho de 2008 a março de 2009.

## **Desenvolvimento**

Com base nas ações realizadas nesse curto intervalo de tempo e as enormes dificuldades enfrentadas pela CPA é possível inferir que houve grandes avanços no processo de auto-avaliação, propiciados inclusive e, de forma paradoxal, não no contexto de condições favoráveis, mas no contexto das dificuldades que se apresentaram.

Inicialmente partindo das “Atividades a realizar”, propostas no cronograma de atividades que compôs o Relatório anterior, não houve a realização prevista de alguns tópicos. As dificuldades encontradas foram as seguintes:

1. Rotatividade na CPA - a CPA em 2008 passou por um processo de esvaziamento ocasionado pela impossibilidade de alguns membros de permanecerem no exercício das atividades por questões de ordem pessoal: uma das representantes do corpo técnico-administrativo casou e foi morar em Brasília. A outra representante teve o período do seu mandato cumprido, dessa forma os dois assentos foram substituídos por novos representantes, cuja atuação requer um tempo para apropriação das orientações, da dinâmica da CPA e participação efetiva. Além do fato de serem novatas, a coordenação da CPA enfrenta dificuldades relacionadas à liberação de uma dessas representantes, funcionária da Tesouraria, por parte da sua chefia imediata, para participação nas reuniões. No caso da representação da sociedade civil, uma das representantes, a Sra. Ivania Porto concorreu a cargo eletivo no Município. Não pareceu interessante à CPA substituí-la por não ser conveniente mais pessoas novas e, conseqüentemente, sem o necessário engajamento na CPA e considerando a grande contribuição que vem sendo dada à CPA por essa representante que, na condição de secretária de educação, agora ex-secretária, devido à nova conjuntura política instalada por ocasião das últimas eleições municipais, tem conhecimento abalizado a respeito de egressos e egressas da IES, absorvidos amplamente por essa Secretaria. Nesse mesmo período extinguiu-se por força do tempo o mandato de outro membro da CPA, dessa feita uma representante do

corpo docente. O outro professor também representante desse segmento foi convidado para fazer parte do Conselho Municipal de Educação, o que limitou bastante o seu tempo disponível para participar da CPA. Os representantes do corpo docente foram substituídos por força da conclusão dos seus cursos. Assim essa foi uma das grandes dificuldades enfrentadas pela CPA em 2008. Atualmente a CPA está reestruturada em termos da sua composição e vem trabalhando em busca da superação das dificuldades apresentadas.

2. Sistematização de dados coletados – a CPA enfrentou muitas dificuldades relacionadas ao novo sistema eletrônico adotado na IES. A expectativa era de que o referido sistema agilizasse o atendimento das demandas impostas pelas rotinas de serviço da Instituição, essa foi também a perspectiva do grupo gestor ao investir recursos financeiros nessa área. No caso das demandas da CPA essa expectativa foi frustrada, primeiro porque o sistema não admite os critérios de avaliação esboçados no projeto de auto-avaliação institucional. O programa oferece critérios como “sim/não” ou notas de zero a dez. Levar os sujeitos da avaliação a responder dentro desse limitado círculo de critérios seria negar ou substituir a concepção de avaliação assumida no projeto de auto-avaliação e implementada na prática avaliativa, desde a sua aprovação pelo INEP. Durante o primeiro semestre de 2008 o programa começou a sofrer as intervenções necessárias, realizadas por uma técnica em informática contratada para essa e outras finalidades demandadas pelo setor. A referida técnica vinha desenvolvendo o seu trabalho de modo satisfatório, tanto que no final de novembro foi possível disponibilizar no sítio da IES o instrumento mediante o qual os alunos e alunas avaliaram os seus professores, através da internet, de forma cômoda e segura para os alunos e para a IES, uma vez que poderiam responder os instrumentos a qualquer hora e de qualquer local onde tivesse acesso à rede internacional e computadores, o que facilitaria muito o trabalho e eliminaria o congestionamento nos laboratórios de informática da Faculdade e a conseqüente necessidade de dispensa de aulas nesses espaços, transtornos causados pelo processo de coleta de dados realizado em 2007.

Contrariamente ao que esperava a CPA, o processo passou a enfrentar dificuldades relacionadas à emissão dos relatórios individuais contendo os resultados da avaliação dos professores e professoras. Até o presente mês de março não foi possível resgatar os referidos relatórios, pois a funcionária que produziu as modificações no programa e, obviamente, faria esse trabalho foi convocada para prestar serviço na Secretaria no expediente da tarde e da noite e não tem horário disponível, dentro do seu contrato de trabalho, para finalizar o trabalho de avaliação. Depois de muitas investidas discorrendo sobre a importância e necessidade de obtenção desses dados, principalmente como resposta aos professores avaliados, a CPA recebeu um relatório com os resultados gerais do processo. Diante dessa dificuldade, outros instrumentos que avaliariam outras dimensões e dariam curso ao processo de avaliação, ainda não foram incluídos no programa, muito menos disponibilizados eletronicamente à comunidade acadêmica.

3. Formação de subcomissões de caráter multidisciplinar – a CPA em reunião ordinária decidiu pelo convite a profissionais da casa, especialistas em determinadas áreas, com o fim de formar comissões de avaliação de duas importantes dimensões: Política de Pessoal e Sustentabilidade Financeira. Os nomes foram sugeridos na reunião e a CPA procedeu ao convite enviando correspondência aos professores indicados. Os professores convidados não aceitaram a tarefa sob a alegação de falta de tempo para analisar a documentação pertinente e estudar a questão. Diante da constante recusa, três professoras dos cursos de licenciatura aceitaram o desafio e iniciaram a tarefa a partir da análise do Plano de Cargos e Carreira da Instituição. A Sustentabilidade Financeira, como outra dimensão a ser avaliada, ficou sob o encargo da própria CPA e os resultados de ambos os trabalhos e também os referentes ao relatório geral emitido com base na avaliação dos docentes estão descritos a seguir.



RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO CPA/ FAFICA

**Dimensão 2. A política para o ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação.**

**Indicadores: Contrato Didático e Relação Interpessoal.**

**Categoria de Análise: Corpo Docente**

**Sujeitos da avaliação: Alunos e alunas dos diversos cursos de graduação**

**Quantitativo de sujeitos da avaliação: 225**

Avaliação Percentual Geral – Corpo Docente

Quadro 1\*

Aspectos Avaliados	Critérios %	
	Sim	Não
O professor apresenta e discute o plano de ensino da disciplina para o semestre?	93,81	6,84
O professor trabalha os conteúdos apresentados no plano de ensino?	90,20	5,27
O professor realiza a avaliação conforme os critérios apresentados no plano de ensino	88,08	7,39

Avaliação Percentual Geral – Corpo Docente

Quadro 2\*

Aspectos Avaliados	Critérios %			
	Ótimo	Bom	Regular	Fraco
O professor/a demonstra conhecimento dos conteúdos da disciplina que trabalha?	83,73	10,07	4,99	1,85
O professor/a aborda os temas a serem estudados com clareza e objetividade?	66,73	18,85	9,33	5,73
O professor/a aborda os conteúdos propostos mediante aulas e atividades dinâmicas e criativas?	48,71	18,85	16,91	8,32
O professor/a desperta o interesse dos alunos/as pelos temas estudados?	56,19	18,85	13,59	12,01
O professor/a aborda os conteúdos e as atividades propostas de forma a estabelecer a articulação entre a teoria e prática, no interior do processo de ensino e aprendizagem?	64,23	15,53	12,57	8,32
Você considera a relação estabelecida entre professor/a e Aluno/a na sala de aula?	74,95	12,94	6,47	6,28
A relação estabelecida entre o professor/a e o aluno/a em outros espaços da Faculdade que não seja a sala de aula é considerada por você como?	75,60	11,65	6,75	6,65
Você considera a pontualidade do professor/a em relação ao horário para o início da aula definido pela Faculdade, de modo?	69,32	21,26	5,45	4,62

\* Fonte: Instrumento de avaliação aplicado pela CPA

**Dimensão: Política de Pessoal**

**Categoria de Análise: Administração de Recursos Humanos**

**Indicadores: Planos de carreira regulamentado para os corpos docente e técnico-administrativo;**

**Sujeitos da Avaliação: Professores dos cursos de Licenciatura**

**Quantitativo de sujeitos da avaliação: 03**

**Objeto da avaliação: Plano de Cargos e Carreira da IES que disciplina a vida profissional de docentes e demais funcionários do corpo técnico-administrativo**

A Política de Pessoal teve como passo inicial de avaliação o Plano de Cargos e Carreira. Uma comissão formada por três professoras, se reuniu em torno da questão e, mediante relatório apresentado à CPA chegou aos seguintes resultados:

- O PCC apresenta os estruturantes exigidos para o documento;
- Os pontos não mencionados no relatório justificam-se pela coerência entre o exposto e a sua realização na prática. Os pontos que representam lacunas a serem revistas no PCC do magistério, são questões que se referem às classes de carreira do magistério, ao processo de admissão e às promoções. Sobre as classes, foi constatado que há a distribuição de classes e carreiras do magistério superior no PCC, mas não há uma discriminação formal dessa distribuição expressas no comprovante de pagamento ou em qualquer outro documento endereçado ao professor que possa indicar sua posição como auxiliar, assistente ou titular, no quadro geral do magistério. Quanto ao processo de admissão, Os professores/AS que vêm sendo contratados se submetem a um processo de recrutamento e seleção de acordo com o que preceitua o art. 5º do PCC, no entanto o enquadramento funcional, independente da titulação que apresentam se dá como professor titular. No que tange à promoção vertical, os professores estão tendo a elevação de acordo com o que traz o PCC, entretanto, a promoção horizontal, de que tratam os artigos 11 e 12 não está ocorrendo e não tem sido realizada a associação entre os resultados da avaliação em termos de produtividade e desempenho e a promoção. No PCC que disciplina a vida profissional do corpo técnico-administrativo foram identificadas lacunas referentes à falta de observância, na prática, do enquadramento por qualificação, previsto no Plano, para preenchimento dos cargos de: Auxiliar Administrativo, de Técnico Administrativo de nível médio e de Técnico Administrativo de nível superior, além do que todos recebem a mesma remuneração, indistintamente.

## RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO CPA/ FAFICA

---

Por fim, nas tabelas anexas ao PCC não há discriminação de valores monetários, correspondentes à remuneração, nos campos específicos destinados a esse fim.

No decorrer do processo de avaliação realizado mediante outras metodologias, o setor pessoal foi muito criticado e vários professores proferiram inúmeras queixas entre as quais as mais frequentes são:

- Ausência do responsável pelo setor, na IES, no horário previsto. O responsável é membro do escritório que presta serviços contábeis à Instituição e disponibilizou para atendimento a professores e demais funcionários o horário noturno, às segundas, quartas e sextas-feiras. No entanto, ele não comparece nos horários previstos, não atende ao telefone convencional, nem celular e não dá retorno nem resposta aos recados deixados. O que não deveria ocorrer, pois sendo o mesmo responsável pela emissão dos contra-cheques, deveria estar disponível para esclarecimentos, cujas solicitações têm alta incidência. Uma reclamação constante e comum é que, embora o pagamento seja efetuado em tempo hábil, há atraso na entrega dos contra-cheques. Há queixas dos professores a respeito do tratamento dispensado aos mesmos, quando ocasionalmente esse responsável está na IES e é abordado por algum professor, ansioso por resolver questões relevantes inerentes à sua vida profissional. Diante desse quadro a CPA procurou o responsável pelo setor pessoal visando a realização de um trabalho conjunto voltado para o levantamento de todas as questões pendentes e suas respectivas soluções, mas as investidas no sentido de um contato pessoal ou por telefone não obtiveram sucesso. A intenção da CPA, respaldada na concepção de avaliação, era realizar esse trabalho conjunto na perspectiva de uma avaliação para melhorar os processos. Na impossibilidade de realização dessa proposta a CPA distribuiu comunicado entre professores e funcionários solicitando que os mesmos formalizem suas pendências para que as mesmas sejam sistematizadas e repassadas ao setor, pois diante das dificuldades de comunicação supõe-se que o responsável não registrou as demandas e não toma conhecimento delas na sua inteireza. Essa sistematização comporia uma lista de questões a serem revistas passo a passo e solucionadas. Interessante é registrar no presente documento, a atitude de alguns professores, em plena consonância com a concepção emancipatória de avaliação, de formalizar um documento assinado pelos seus pares e formar uma comissão que se dirigiu ao Diretor da Instituição para formalizar suas queixas e mostrar sua preocupação com o

## RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO CPA/ FAFICA

---

bem estar da Instituição e com a forma paradoxal como o escritório de contabilidade trata os funcionários da Faculdade, em flagrante desacordo com a forma como a Direção e Coordenações se reportam aos mesmos de forma cordial, respeitosa e ética, que, de forma alguma condiz com a forma como o setor pessoal vem se comportando. A comissão foi muito bem recebida pelo Diretor que se tornou ciente do ocorrido e se propôs a tomar todas as iniciativas para corrigir o funcionamento do setor pessoal. Fica assim exercitada na prática a concepção de avaliação que rege o processo de auto-avaliação, pois é a escrita da própria história pelos sujeitos, gerando suas próprias alternativas de ação, que atesta o caráter emancipatório do processo. Por outro lado, a cordialidade, a receptividade, o respeito e a atenção por parte do Diretor, garante o apoio explícito e imprescindível às ações da CPA, além de se coadunar com a missão da IES e seu PDI. Tal postura deve ser notificada, pois considerando estudos com base em relações de poder, comumente exercidas verticalmente, que assinalam principalmente para a dificuldade de identificar de onde emanam e como se configuram é importante registrar a abertura que a Direção propicia em canal aberto com seus professores e funcionários a qual gera a tranquilidade e a confiança necessárias à abordagem de assunto tão delicado, sobre o qual, muitos professores, embora queixosos, se mostraram receosos de se posicionar.

No presente momento a CPA ainda não tem o retorno de todas as formalizações de queixas que foram solicitadas, trata-se de instrumentos de coleta de dados de larga aplicação e que requer tempo para retorno, análise e sistematização. Porém, diante dos elementos já coletados pela CPA e dos acontecimentos acima narrados, algumas sugestões relacionadas à possíveis soluções da questão estão registradas mais adiante, neste relatório, em espaço designado para tal.

**Dimensão: Sustentabilidade Financeira**

**Categoria de Análise: Situação Financeira**

**Indicadores: Mecanismos para captação de recursos, para minimização da inadimplência e otimização da adimplência, para equilíbrio entre a receita e a despesa;**

**Sujeitos da Avaliação: Coordenadora da CPA e Encarregado de atendimento financeiro e cobrança Sr. Hugo Sérgio Martins Santos**

**Quantitativo de sujeitos da avaliação:2**

**Objeto da avaliação: Ações direcionadas aos indicadores supramencionados.**

A Avaliação qualitativa é uma metodologia da ação, sendo assim, consiste numa prática que permite a intervenção na realidade que está sendo avaliada e possivelmente transformada até mesmo durante o processo. Não ocorre a *posteriori*, antes é concomitante à ação e direcionada à qualidade educativa, no interior da prática também educativa. Nessa perspectiva a Diretoria Financeira vem passando por reformulações que visam maior equilíbrio entre a receita e a despesa; ampliação dos mecanismos de captação de recursos, racionalização dos gastos, incremento da adimplência e redução da inadimplência. Tais reformulações começaram com a contratação de uma Consultoria em outubro de 2007. A partir de junho de 2008, um dos membros da consultoria, o Sr. Hugo Sérgio Martins Santos, foi admitido pela Fafica como Encarregado de Atendimento Financeiro e Cobrança e marcando o início da sistematização do planejamento financeiro e administrativo, mediante o direcionamento de ações:

#### **Controle das receitas operacionais e não-operacionais e controle de custos**

- Receitas não-operacionais tais como aluguel da quadra poliesportiva, estacionamento, reprografia, livraria estão regularizadas mediante assinatura de contratos, emissão de boletos de pagamento bancário e incluídas no sistema eletrônico como receitas institucionais não-operacionais da IES e administradas pela Diretoria Financeira;

- Controle relacionado ao FIES como forma de reduzir alguns prejuízos à IES, pois ao preencher os requisitos e solicitar o FIES, junto à Faculdade, o aluno é bem orientado, a documentação trazida é conferida, enfim o trabalho é feito com atenção. O aluno então ingressa no sistema da IES como seu beneficiário e recebe os boletos de pagamento das mensalidades liberados, mediante consulta ao sistema, pela Secretaria, com os descontos previstos pelo FIES. Entretanto, esse aluno ainda aguarda a liberação da Caixa Econômica Federal. Em muitos casos a concessão do financiamento foi negada pela CEF por questões ligadas à restrições creditícias, porém o aluno permanece no sistema da IES e continua pagando suas mensalidades como beneficiário do FIES. O setor financeiro negociou o débito com a maioria dos alunos que se encontravam nessa situação, mas não de todos, pois algumas já haviam concluído o curso e deixado a Faculdade. Uma questão de caráter estrutural requer redimensionamento, trata-se do equívoco que alguns funcionários têm sobre o direito de posse de informações institucionais, como se as mesmas fossem de uso pessoal. No caso do Fies, as informações sobre a restrição ficava ao alcance do setor que

## RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO CPA/ FAFICA

---

trabalha com o financiamento, o qual atua de forma satisfatória quanto ao atendimento, porém deixa a desejar na questão do seu controle. O setor financeiro vem envidando esforços no sentido de efetuar esse controle juntamente com o setor responsável pelo FIES, a partir da socialização dessas relevantes informações junto a outros setores envolvidos.

- A folha de pagamento é elaborada por uma pessoa do escritório de contabilidade que presta serviços à IES, a mesma pessoa que se propôs a dar expediente três vezes por semana, à noite, para responder a dúvidas e questões sobre o contra-cheque, apresentadas por professores e funcionários em geral. A folha é elaborada a partir de informações prestadas pela funcionária que atende na sala dos professores, sobre faltas, dispensas por atestados médicos, aumento ou diminuição de carga horária, permanência ou não em funções de coordenação. Elaborada a folha de pagamento de pessoal, os créditos são efetivados nas contas dos professores e demais funcionários da IES, sem passar por qualquer revista ou controle do setor financeiro ou de qualquer outro setor da IES.

- Assim como ocorre com a folha de pagamento, o setor de atendimento financeiro e cobrança não tem conhecimento de toda dimensão das contas a pagar. Muitas despesas estão sob o controle direto e particular do contador. A tesoureira envia ao setor financeiro um relatório interno informando tudo o que foi pago. Esse relatório é emitido e enviado, mensalmente, após o pagamento das despesas. Quando solicitados, pelo setor financeiro, comprovantes desses pagamentos, a tesoureira informa que estão com o contador. Dirigindo-se então, o setor financeiro, ao contador este ignora totalmente o pedido, inviabilizando, dessa forma, qualquer ato de conferência. Não foi localizado pela Consultoria contratada pela Faculdade o contrato de prestação de serviços contábeis, o escritório também não apoiou com as necessárias informações o trabalho da Consultoria que identificou como problemas relacionados a essa prestação de serviços contábeis a ausência de plano de contas, de conciliação contábil, o descaso com as solicitações dos professores e funcionário sem geral, concluindo a Consultoria que o escritório contábil trabalha como um mero emissor de guias de recolhimento de impostos e encargos. No entanto, existe o pagamento de honorários ao escritório de contabilidade e também por serviços de elaboração de folha de pagamento, valor que corresponde ao pagamento por um contrato completo, isto é o escritório recebe seus honorários, mas não atende às demandas da Faculdade como deveria.

- O contrato de prestação de serviços educacionais foi revisto e reformulado pelo setor financeiro, pois o contrato anterior deixava algumas lacunas relacionadas às obrigações dos alunos junto à IES, que causavam certos prejuízos financeiros. A forma de atendimento ao aluno também vem sendo reformulada e aperfeiçoada. Algumas questões podem ser citadas para ilustrar essa afirmação: não havia disciplinamento quanto à restituição de matrícula nem disciplinamento de prazo para tal devolução; Algumas solicitações dos alunos encaminhadas à Secretaria eram isentas de cobranças de taxas administrativas tais como: segunda via do boleto de pagamento, segunda via do diploma, e outras. O pedido de trancamento de matrícula era feito verbalmente junto à secretaria e o aluno não era questionado sobre os motivos que o levavam à tal atitude. Atualmente o aluno recebe assistência relacionada a assuntos financeiros (assistência psicológica já é oferecida pela IES há bastante tempo) que procura reverter o quadro de indicadores negativos como evasão ou abandono, que levam os alunos a interromperem seus estudos. Uma das dificuldades detectadas prende-se à liberação do FIES que ocorre anualmente e sempre no

## RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO CPA/ FAFICA

final do primeiro semestre. Com vistas ao saneamento dessa dificuldade o setor financeiro firmou convênio entre a IES e a Fundação APLUB de Crédito Educativo - Fundaplub, que permite o requerimento do crédito a qualquer tempo e permite que o aluno conclua a sua formação. Essa iniciativa tem concomitantemente o objetivo de reduzir o índice de concessão de descontos nas mensalidades, os quais representam 20,42%, da receita bruta da IES, segundo o Relatório de Consultoria nº 01/2007. Além da reformulação do contrato de prestação de serviços educacionais, foi de grande avanço a elaboração do “Informativo Financeiro aos Alunos, Pais e/ou Responsáveis Financeiros”, que os alunos recebem no ato da matrícula e que também está disponibilizado no sítio da IES.

- Controle do acervo da biblioteca disponibilizado sob a forma de empréstimo. Este constituiu outra forma de controle direcionada à redução de prejuízos, pois no ato da matrícula o aluno não era inquirido a respeito do cumprimento do seu dever com a devolução e renovava a matrícula como se não tivesse pendências. A partir de 2008 teve início o controle da devolução dos livros como condição para renovação da matrícula. Esse controle, no entanto pode melhorar a partir do uso pleno do Sophia - sistema de gerenciamento do acervo que tem capacidade ociosa, uma vez que o controle é realizado manualmente, sujeito à falha humana, com potencial de prejuízo para a IES.

- a resistência a novas tecnologias e novas formas de organização das rotinas de trabalho tem gerado alguns custos desnecessários à Instituição, o que já está sendo reparado. Como exemplo é possível citar a co-existência de sistemas como o “AS” e o “BORAH” no período do uso do “Sei Tudo” como sistema eletrônico oficial da IES. Aqueles na condição de retaguarda, sob o argumento da possível falibilidade deste. Amanutenção dos programas de “retaguarda” representaram custo desnecessários, durante 7 anos, à IES. No entanto, a despeito da co-existência desses programas, o controle dos pagamentos de mensalidades se dava de maneira precária, pois o aluno inadimplente não aparecia como tal, embora também não aparecesse como quite com a tesouraria, o que dificultava bastante a cobrança.

- Entre as ações voltadas para a captação de recursos encontra-se a realização do “Vestibular de Verão”, realizado no mês de janeiro de 2008 e de 2009, os quais propiciaram a entrada de alunos em número suficiente para preenchimento de vagas que iriam ficar ociosas.

- Reestruturação das ações direcionadas à publicidade da IES. Essas ações eram terceirizadas e acarretava custos que foram reduzidos, mediante o encerramento do contrato com a empresa terceirizada e a delegação da tarefa a três professores da Instituição, habilitados para exercê-la. Além da redução dos custos houve salto qualitativo das ações mediante o planejamento da sua execução e custos, cotação de preços para executá-las e para elaborar ferramentas como cartazes, panfletos, anúncios na mídia, etc., além da diversificação da rede de TV, com vistas à veiculação das campanhas publicitárias formuladas pela equipe.

- Elaboração de planilhas de custo de cursos de pós-graduação e de extensão a serem disponibilizados após propostas apresentadas pelos coordenadores de cursos. Essa ação é importante considerando que alguns coordenadores de cursos dominam perfeitamente questões relacionadas à viabilidade da oferta de tais cursos, pela lente dos seus custos.

Esse domínio, porém não é demonstrado por todos os coordenadores. Aqueles que não dominam poderão recorrer ao setor financeiro para apreciação dos seus pleitos e, só então, executá-los sem prejuízo para a IES e com margem de risco calculada. Concluindo a primeira etapa de avaliação da sustentabilidade financeira, foi identificado um problema que não se constitui como novidade, na esteira do processo de auto-avaliação. O Setor Financeiro, respondendo aos instrumentos de avaliação sinaliza ainda, para questões relevantes que carecem de reflexão e de proposições no sentido da sua correção, e são relacionados à comunicação interna e ao plano global de ações para a IES. Como já foi identificado por instrumentos de auto-avaliação aplicados a outros setores, o setor financeiro, de modo semelhante, sinaliza para as grandes limitações no que tange à comunicação interna da IES. Várias iniciativas relevantes, principalmente encetadas na direção da atividade fim da Instituição não têm a devida visibilidade no coletivo da Instituição.

### **Ações adotadas pelo grupo gestor da Fafica em função da melhoria da qualidade da educação superior ofertada**

- Renovação de um laboratório de informática, mediante a aquisição de 30 máquinas novas;
- Aposição de câmaras de segurança nos laboratórios de informática;
- Compra de mais cinco unidades de projeção eletrônica (datashow) para uso de professores e alunos;
- Aposição de catracas eletrônicas nas entradas da IES, como medida de segurança e controle da entrada e saída de pessoas da IES ou estranhas a ela;
- Climatização do auditório;
- Ampliação das turmas de pós-graduação em prédio anexo;
- Ampliação do acervo e aposição de novos terminais de computadores na biblioteca;
- Criação de curso de nivelamento em matemática para ingressantes nas áreas de Tecnologia;
- Celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Caruaru para implantação da Escola de Tempo Integral nas instalações da Fafica, mediante plano-piloto elaborado pela IES no interior do projeto mais amplo da Secretaria Municipal de Educação;
- Convite, para comparecimento no próximo mês, às comissões responsáveis pelo reconhecimento dos cursos de Filosofia e Redes de Computadores;
- Ampliação da atuação e de projetos da Extensão.



## **Sugestões encaminhadas pela CPA a partir da avaliação da política de pessoal.**

### **Ao Grupo Gestor da Fafica**

1 - Contratar uma consultoria para: 1. análise e encaminhamento de soluções para os problemas registrados por professores e demais funcionários da IES em instrumento de coleta de dados disponibilizado pela CPA; 2. implantação de um Setor de Pessoal na IES;

2 - Criar um Setor de Pessoal com espaço próprio na IES, que vá além da tarefa de emitir contra-cheques, que possa se responsabilizar pela guarda e conferência de documentos referentes ao pessoal; que possa concluir a implantação do Plano de Cargos e Carreiras, no que se refere às lacunas sinalizadas pela comissão que avaliou o PCC da IES; que se ocupe de rescisões de contrato, recrutamento, seleção, admissão, localização de professores e funcionários; que acompanhe o exercício e desempenho dos mesmos, estabelecendo um elo com a CPA, utilizando os resultados da avaliação, entre outros elementos como ferramenta de trabalho e exerça outras funções a serem estudadas em função da implantação; que seja gerido por pessoa qualificada em termos de Direito do Trabalho, comprometida tanto com os que a compõem a IES na condição de funcionários, quanto com o bem estar da Instituição. A CPA sugere o nome da professora Maria Eugênia Silva de Torres que tomou a iniciativa de formalizar documento e formar a comissão que se dirigiu ao Diretor da IES, não de forma corporativista, mas de forma, comprometida com o coletivo, responsável, transparente e crítico-reflexiva sobre prejuízos para todos, inclusive para a IES que está sendo lesada ao pagar por serviços que não estão sendo prestados conforme fora acordado;

3 - Determinar que todo procedimento relativo à folha de pagamento, tanto o que concerne à remuneração quanto aos encargos e arquivamento da documentação referente, seja realizado sob a coordenação conjunta do setor de pessoal com o setor financeiro e que apenas os valores relativos sejam informados ao escritório de contabilidade para os procedimentos contábeis pertinentes;

4 - Desenvolver ações no sentido de consolidar e fortalecer o setor de informática, como área importante que é no suporte aos clientes internos e externos, no dimensionamento e administração dos softwares, atualização do site, manutenção dos sistemas integrados, manutenção dos laboratórios. A atuação satisfatória desse setor é fundamental no que se refere ao atendimento eficiente às demandas da IES e, conseqüentemente, à redução de custos, mediante controles eficazes das diversas áreas institucionais e aumento da produtividade no trabalho. Para tanto torna-se demanda urgente, a formação de uma equipe com comprovado conhecimento técnico da área. Nesse sentido, a CPA sugere, além da contratação de outros técnicos, o retorno da funcionária que detém conhecimento técnico na área de informática ao setor para o qual a mesma foi recrutada e para o qual detém conhecimento específico, uma vez que a mesma encontra-se atualmente trabalhando na Secretaria. O trabalho que a mesma vem desempenhando na Secretaria é da maior importância, até porque envolve diretamente o atendimento às demandas dos alunos, no entanto para atendimento a tais demandas bastam conhecimentos que tornem os funcionários da secretaria bons usuários do sistema e da rotina geral da Secretaria. Convém que os mesmos sejam treinados como tal, inclusive aqueles que prestam serviços na biblioteca. O aprendizado por parte de outros funcionários trará mais eficiência e

## RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO CPA/ FAFICA

---

dinamismo, pois evitará o exercício, tal como vem ocorrendo, à base de anotações manualmente elaboradas e com exclusividade de determinadas tarefas o que impõem limitações, morosidade e uma visão fragmentada do trabalho. Outra sugestão seria convidar a técnica para dar apoio ao setor de informática no horário da manhã, para que à tarde e à noite operacionalizasse o sistema na Secretaria, enquanto os funcionários seriam capacitados para assumir essas tarefas e se tornarem proativos. A CPA não tem sugestões quanto ao acréscimo de funcionários, pois acredita que, uma melhor distribuição e capacitação dos mesmos os levaria a um atendimento satisfatório das rotinas dos setores onde estão atuando;

- promover capacitação dos funcionários da esfera administrativa em geral, tanto no que se refere às habilidades requeridas pelo manuseio do novo sistema eletrônico, quanto capacitações relativas à legislação, arquivo ativo e inativo, registro de diplomas e outros temas. Essa necessidade de capacitação foi manifestada pelos funcionários durante a aplicação de instrumentos de coleta de dados, nos momentos de avaliação. A CPA sugere ainda, uma capacitação sobre CPA e PDI promovida pela própria IES, com vistas à socialização da importância e necessidade de fortalecer os nexos entre estas e outras políticas da educação superior, cujas atividades devem ser executadas com a colaboração de todos que compõem a IES e em função da minimização dos obstáculos, na expectativa de que todos se conscientizem sobre demandas emergentes no contexto atual da educação superior, as quais demandam mudanças profundas, cujo conhecimento possibilita o trânsito num espaço competitivo;

- Elaborar um plano de ação que apresente um diagnóstico e um conjunto de metas de curto, médio e longo prazo, a partir de diversos olhares, perspectivas e instrumentos, utilizando, inclusive os achados da pesquisa realizada na esteira do processo de auto-avaliação. O plano como uma resultante do conjunto das intenções sócio-educacionais e administrativas se propunha como instrumento de consecução e visibilidade da missão e de ligação entre o pensar e o fazer a educação e o ensino. Nessa perspectiva não negaria a importância de sua construção textual, do seu registro formal, como mecanismo fundamental quanto ao acompanhamento do processo, mesmo que este seja entendido como um constante e sempre melhorável fazer e refazer da prática.

## **Considerações finais**

O presente relatório retrata resultados de um denso e sistemático trabalho de auto-avaliação. A importância desses resultados relatados, não reside na quantidade de dimensões avaliadas, preponderantemente duas, mas no enfrentamento do desafio que representou produzir seus achados o que representa significativo passo adiante, no processo de auto-avaliação da FAFICA que merece destaque, refere-se à contribuição ao desenvolvimento dessa Instituição. Nessa perspectiva e, à luz da missão institucional propugnada, o PDI e o processo de auto-avaliação percorrem o caminho que busca o aprimoramento da educação superior oferecida, a partir de uma relação de mutualidade cujos nexos estabelecidos potencializam as ações planejadas, executadas, avaliadas e redirecionadas à IES refletindo a inter-relação entre os princípios aventados pelo Sinaes e os princípios orientadores dos processos de auto-avaliação que vêm sendo vivenciados na Fafica. O presente relatório é o espaço de expressão de um processo de auto-avaliação regido predominantemente pelo princípio da globalidade, propulsor da ampliação do campo de avaliação, que busca refletir a instituição na totalidade dos seus processos, relações e resultados. Nessa perspectiva ficam evidenciadas as importantes contribuições do Sinaes quanto à implementação de um processo avaliativo mais sistemático e abrangente. Assim a Fafica no auge da sua maturidade institucional, construída ao longo dos seus 49 anos de existência, vencendo enormes desafios, militando pioneiramente pela oferta de uma educação de qualidade no agreste pernambucano, abraça a causa da avaliação institucional em concordância com os princípios que, atualmente, regem essa política pública aplicada à educação superior. O espaço dessas considerações finais se presta para reiterar que o relatório ora apresentado não representa um fim em si mesmo, tampouco um documento pronto e acabado, antes se propõe a relatar mais uma importante etapa da execução do projeto de auto-avaliação, esta compreendida como uma atitude heurística de busca pela compreensão do conjunto da instituição, através de um processo contínuo, crescente em complexidade e magnitude.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 20.861, de 14 de abril de 2004

\_\_\_\_\_. MEC/Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições, Brasília, 2004

\_\_\_\_\_. MEC/Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior, Brasília, 2004

\_\_\_\_\_. MEC/Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) Roteiro de auto-avaliação institucional, Brasília, 2004

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

FAFICA/CPA. Projeto de Auto-avaliação Institucional. Caruaru, 2005.

\_\_\_\_\_. Relatório de auto-avaliação, Caruaru, junho, 2008.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Institucional, Caruaru, novembro, 2008.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

SAUL, A.M. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo, São Paulo: Cortez, 2000